

PORTARIA Nº 1246, de 19/9/2024
A CORREGEDORA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 292/2020 c/c com os artigos 3º, §3º, 13 e 31, todos da nº 491/10, e tendo em vista do que consta no PROCESSO Nº SES 12718/2024 resolve designar os servidores públicos civis, estáveis e com nível superior, Murillo Chirelli, matrícula nº 0655957-3-01, no cargo de Odontólogo, lotada Centro Cirúrgico e Lilian de Souza Leite Fausto, matrícula nº 0970039-0-01, no cargo de Nutricionista, lotada no Setor de Nutrição e Dietética, ambas do Hospital Governador Celso Ramos, em consonância com o art. 13,I, §2º da LC nº 491/10, para, sob a presidência do primeiro, constituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR SUMÁRIO, com a finalidade de apurar faltas injustificadas, configurando suposto abandono de cargo, pelo servidor B.S.B., matrícula 0650662-3-02, no cargo de Enfermeiro, lotado no Hospital Governador Celso Ramos. Se houver comprovação das condutas, o servidor estará sujeito à penalidade prevista no artigo 43, inciso II da LC 323/2006. A comissão disciplinar deverá instalar-se no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação desta no Diário Oficial do Estado e a conclusão não excederá 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação, por igual período de acordo com o disposto no artigo 14, e 15, §2º, da LC nº 491/10. FLORA PAULESKY JULIANI DE ARRUDA
CORREGEDORA

Cod. Mat.: 1024894

PORTARIA Nº 1247, de 19/9/2024
A CORREGEDORA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 292/2020 c/c com os artigos 3º, §3º, 27 e 31, todos da LC nº 491/10, e tendo em vista do que consta no PROCESSO Nº SES 10353/2024 resolve designar as servidoras públicas civis estáveis e com nível médio, Jociane Prates Pereira, matrícula nº 0673191-0-01, no cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na COGER, Andreia Maria da Rocha, matrícula 0966824-1-01, no cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na COGER e Nardele Maria Juncks, matrícula nº 0245847-0-01, no cargo de Técnica em Atividades Administrativas, lotada na GEDST-TEC, para, sob a presidência da primeira, constituírem a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com a finalidade de apurar suposto descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, anteriormente firmado por atitudes agressivas com colegas de equipe, por parte da servidora A.R.R.F, matrícula nº 0980340-8-01, efetiva e estável e matrícula nº 980340-8-03 admitida em caráter temporário, ambos os vínculos no cargo de Técnica em Enfermagem, lotada no Hospital Dr. Waldomiro Colautti.. Se houver comprovação das condutas, a servidora terá infringido os incisos I, II, III, IV, IX e XI do artigo 29 da LC 323/06, estando sujeita às penalidades previstas pela mesma norma, inclusive, as estabelecidas pelo artigo 38 da LC 323/06. A comissão disciplinar deverá instalar-se no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação desta no Diário Oficial do Estado e a conclusão não excederá 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação, por igual período de acordo com o disposto no artigo 38 da LC nº 491/10. FLORA PAULESKY JULIANI DE ARRUDA
CORREGEDORA

Cod. Mat.: 1024955

PORTARIA Nº 1248, de 19/9/2024
A CORREGEDORA DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº 292/2020 c/c com os artigos 3º, §3º, 17, §4º e 31, todos da LC nº 491/10, e tendo em vista do que consta no PROCESSO Nº SES 222122/2023 resolve designar os servidores públicos civis, estáveis e com nível superior Giuliano Ferigotti, matrícula 0383846-3-02, no cargo de Médico, lotado na Ortopedia e Saada Avila Chidiac matricula 0378522-0-02, no cargo de Médica, lotada na Ortopedia, ambos do Hospital Governador Celso Ramos, para sob a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ACUSATÓRIA, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no registro do ponto, referente aos dias 19,21,25 e 28 de setembro de 2023, da servidora M.C., matrícula 0302416-4-02, efetiva e estável, no cargo de Enfermeira, lotada no Hospital Governador Celso Ramos. Se houver comprovação das condutas, a servidora terá infringido, o artigo 29, incisos II, III, IV, X e o art. 30, inciso IV e V ambos da LC 323/06, estando sujeita às penalidades previstas pela mesma norma, inclusive, as estabelecidas pelo artigo 38. A comissão disciplinar deverá instalar-se no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação desta no Diário Oficial do Estado e a conclusão não excederá 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação, por igual período de acordo com o disposto no artigo 38 da LC nº 491/10. FLORA PAULESKY JULIANI DE ARRUDA
CORREGEDORA

Cod. Mat.: 1024985

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: A Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 177747/2024** e em consonância com inciso I do artigo 87 da Lei Federal n. 8.666/1993, bem como, no inciso I, do artigo 108 do Decreto Estadual nº 2.617/2009, **RESOLVE** aplicar à empresa ROTA SUL HOSPITALAR LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n. 04.353.505/0001-90, a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento do prazo de entrega da Autorização de Fornecimento n. 12.831/2024 – Edital n. 602/2023. Após a publicação deste, a empresa terá um **prazo de 05 (cinco) dias úteis** para apresentar recurso através do endereço eletrônico **penalidades@saude.sc.gov.br**.
Cod. Mat.: 1025543

A Secretaria de Estado da Saúde/FES:
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CT 418/2023 – Processo SES 102600/2024 – Edital nº 962/2023 – Modalidade: Pregão Eletrônico – Processo SES 99906/2023
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde / Fundo Estadual de Saúde – CNPJ nº 80.673.411/0001-87. CONTRATADA: La Vita Assistência Especializada LTDA, CNPJ nº 50.824.380/0001-57
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Este Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação contratual de 13/11/2024 à 12/11/2025. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços deste instrumento, representando o valor total de R\$ 113.377,16, para o período da vigência. CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do Contrato original, desde que não conflitem com o disposto neste Instrumento. DATA: 20 de setembro de 2024. SIGNATÁRIOS: Hanna Karine dos Santos Jacques Barcelos pela Secretaria de Estado da Saúde e Joanna Callado pela empresa La Vita Assistência Especializada LTDA. Protocolo SIGEF: 2024AS012095
Cod. Mat.: 1025600

SEGURANÇA PÚBLICA

Polícia Militar

Portaria nº 822/PMSC de 23/09/2024.
DESIGNO, com base no art. 22, inciso XXI, da CF/88, c/c o art. 4º do Dec.-Lei nº 667/69, o art. 107 da CE/89, o art. 1º § 3º da LC nº 380/07, alterada pela LC nº 767/2020, e § único do art. 7º do Dec. nº 1.274/21, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - CTISP, no **801-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA no município de IMBITUBA/SC - LEANDRO MACIEL PAVANATI, 3º SARGENTO PM RR Mat. 921692-8, à contar de 01/10/2024.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 1025744

Portaria nº 819/PMSC de 23/09/2024.
DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88 c/c o Art. 4º, do Dec. Lei nº 667/69 e Art. 107, da CE/89 e de acordo com o Art. 15 inciso I, da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio 2007, combinado com o Art. 10 inciso I do Decreto nº 1274 de 11 de maio de 2021, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, NELSON DOS SANTOS FARIAS, 3º SARGENTO PM RR Mat. 924588-0, à contar de 30/09/2024.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 1025765

Portaria nº 820/PMSC de 23/09/2024.
DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69 e Art. 107 da CE/89, e de acordo com o Art.15, inciso II, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 380/07, combinado com o Art 10, inciso II, parágrafo único, inciso III, do Decreto nº 1274, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, IDENIR JOSE RALDI, 3º SARGENTO PM RR Mat. 910715-0, à contar de 26/09/2024.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 1025774

Portaria nº 821/PMSC de 23/09/2024.
DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88 c/c o Art. 4º, do Dec. Lei nº 667/69 e Art. 107, da CE/89 e de acordo com o Art. 15 inciso I, da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio 2007, combinado com o Art. 10 inciso I do Decreto nº 1274 de 11 de maio de 2021,

do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, JULIO CESAR VICENTE, 3º SARGENTO PM RR Mat. 922926-4, à contar de 30/09/2024.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 1025776

Portaria nº 823/PMSC de 23/09/2024.
DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88 c/c o Art. 4º, do Dec. Lei nº 667/69 e Art. 107, da CE/89 e de acordo com o Art. 15 inciso I, da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio 2007, combinado com o Art. 10 inciso I do Decreto nº 1274 de 11 de maio de 2021, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, LEONARDO JOSE MEDEIROS, 3º SARGENTO PM RR Mat. 906120-7, à contar de 30/09/2024.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 1025781

Portaria nº 824/PMSC de 23/09/2024.
DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88 c/c o Art. 4º, do Dec. Lei nº 667/69 e Art. 107, da CE/89 e de acordo com o Art. 15 inciso I, da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio 2007, combinado com o Art. 10 inciso I do Decreto nº 1274 de 11 de maio de 2021, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, MARCO ROBERTO FREDERICO, 3º SARGENTO PM RR Mat. 919502-5, à contar de 30/09/2024.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 1025786

Portaria nº 825/PMSC de 23/09/2024.
DISPENSO, com base no Art. 22, XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69 e Art. 107 da CE/89, e de acordo com o Art.15, inciso II, parágrafo único, inciso V, da Lei Complementar nº 380/07, combinado com o Art 10, inciso II, parágrafo único, inciso V, do Decreto nº 1274/21 e Art. 30, Inciso X da IG 10-100/2023, combinado com o Art. 16, do Decreto nº 1274/21, do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - **CTISP, LUCIO ALFONSO SCHMOLLER, SUBTENENTE PM RR Mat. 906373-0, à contar de 24/09/2024.**

Aurélio José Pelozato da Rosa
Coronel PM Comandante Geral da PMSC
Cod. Mat.: 1025788

Extrato nº 720 - 3º PEL/ 2ªCIA/ 1º BPMA - Rio do Sul do Termo de Embargo nº 17554-E, Auto de Infração Ambiental nº 13685-E, aplicado em 11/09/2024, situado no município de Presidente Getúlio, no(a) matrícula do imóvel registrado em cartório, Matrícula, nº 5.184, cartório da comarca de Presidente Getúlio, abrangendo 0,98ha (zero vírgula noventa e oito hectares), fora de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 633797 | 7007664;), Processo GAIA 21230202482621 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00056273/2024. SC-421400CASC3-B111.52B2.3BE7.4056. 92FB.261D.3A9B.8C83.
Cod. Mat.: 1025651

Extrato nº 725 - 3º PEL/ 2ªCIA/ 1º BPMA - Rio do Sul do Termo de Embargo nº 13684-E, Auto de Infração Ambiental nº 13684-E, aplicado em 11/09/2024, situado no município de Presidente Getúlio, no(a) matrícula do imóvel registrado em cartório, Matrícula, nº 5.184 cartório da comarca de Presidente Getúlio, abrangendo 0,05ha (zero vírgula zero cinco hectares), dentro de área de preservação permanente, parcela(s) na(s) coordenada(s) UTM SIRGAS 2000 (Pt01 633477 | 7007451;), Processo GAIA 21230202482617 podendo ser acompanhado seu estágio através do Processo SGPe PMSC 00056415/2024. CARSC-4214003-B111.52B2.3BE7.4056. 92FB.261D.3A9B.8C83.
Cod. Mat.: 1025693

Extrato nº. 719 Termo de Compromisso Ambiental – 3º PEL/ 2ªCIA/ 1º BPMA - Rio do Sul, vinculado ao Processo nº 21230202481800, celebrado entre a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina e LUCAS KEMPER, CPF:494.XXX.XXX-87, em 23/09/2024, tendo por objeto a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, na modalidade de Suspensão da Exigibilidade da multa, nas seguintes condições: A obrigação de promover a recuperação ambiental consoante o art. 58, I e art. 79, §1º da Lei Estadual nº 14.675/09 e concluiu-se pela possibilidade da suspensão da exigibilidade da sanção de multa simples, nos termos do art. 87 da Lei 14.675/09. Vigência: 36 meses.
Cod. Mat.: 1025772